



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2020 (Da Sra. Deputada **CHRIS TONIETTO** e **OUTROS**)

Solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Educação informações a respeito de possíveis omissões graves por parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na administração de parte do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, em especial no que diz respeito ao Acervo do Museu Nacional.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação pedido de informações a respeito de possíveis omissões graves por parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na administração de parte do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, em especial no que diz respeito ao Acervo do Museu Nacional.

Após o trágico incêndio de setembro de 2018, ao longo do processo de reconstrução do Palácio Real e Imperial do Brasil, que abrigava o Acervo do Museu Nacional, restaram verificados diversos indícios de irregularidades que revelam possíveis falhas estruturais na administração do Museu por parte da UFRJ. Questiona-se, do mesmo modo, a aparente falta de prioridades no emprego dos recursos da referida universidade.

“O museu vai pegar fogo. São fiações expostas, mal conservadas, alas com infiltrações, uma situação de total irresponsabilidade com o patrimônio histórico.” Segundo a matéria de 3 de Setembro de 2018 publicada no Portal Terra e em diversos veículos de imprensa, foi assim que, em 2004, o então secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do estado do Rio de Janeiro, o engenheiro Wagner Victor, descreveu a situação, portanto, quase catorze anos antes do fatídico incêndio, após realizar uma visita ao local.

As perguntas a seguir, suscitadas por uma breve análise da situação apresentada, resumem nossas preocupações e expressam nosso desejo de ver os recursos públicos recebidos pela UFRJ corretamente empregados na preservação e restauração de parte tão importante de nosso Patrimônio Histórico e Cultural:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1- O acervo do Museu Nacional, que compunha a maior coleção museológica do Brasil e a quinta maior do mundo – mais de vinte milhões de itens –, jamais foi aparentemente catalogado em um inventário público ou livro tomo, ao longo de todas as gerações de profissionais que o administraram. Qual a razão de tamanha possível omissão ou negligência?
- 2- Quais os motivos que levaram o IPHAN, órgão responsável pela fiscalização do acervo museológico, um bem tombado nacional, a jamais solicitar a elaboração de tal inventário?
- 3- O imóvel da Biblioteca do Museu Nacional, preservado do incêndio de 2018, possui um Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio (APPCI)? Quais medidas preventivas têm sido tomadas a fim de se evitar eventos como o ocorrido dois anos atrás?
- 4- A referida biblioteca possui um inventário público?
- 5- E no que diz respeito às instalações da universidade no Largo de São Francisco, no Centro do Rio de Janeiro (construídas no século XVIII e que possuem riscos semelhantes de incêndio), o que tem sido feito para evitar semelhante tragédia? E quanto à Escola de Música da UFRJ?
- 6- Como se pode observar mediante uma rápida consulta, diversas obras prioritárias de restauração e de prevenção de incêndios têm sido preteridas, e vastos recursos têm sido aplicados em construções de menor urgência, como o chamado “Campus Cavalariças” (com laboratórios e salas independentes do Museu). Qual a razão de tal proceder?
- 7- Como se explica que a UFRJ, com um histórico de pelo menos oito incêndios registrados entre 2011 e 2018, e imóveis em total estado de abandono em áreas nobres, como o edifício do antigo Canecão no Rio de Janeiro, opte por onerar o contribuinte brasileiro com construções de novos prédios ao invés de focar na manutenção de seu parque imobiliário em risco?

JUSTIFICAÇÃO

A devastação provocada pelo trágico incêndio de 2018, longe de atingir apenas o vasto acervo arqueológico, geológico e histórico do Museu Nacional, constituiu um duro golpe no plano moral e psicológico do povo brasileiro, fruto de um descaso de décadas da UFRJ com nosso patrimônio histórico e cultural, que causou igualmente um constrangimento ao nosso país perante a comunidade internacional. Verdadeiro ícone de nosso surgimento entre as nações, o Palácio Real e Imperial representa a identidade, independência e soberania do Brasil.

A gravíssima constatação de que jamais, em toda a história secular do Museu Nacional, foi registrado um inventário completo de todas as peças que compunham o valiosíssimo acervo do Museu Nacional – o maior de todo o Brasil e o quinto maior do planeta – constitui para nós





CÂMARA DOS DEPUTADOS

fonte de grande preocupação em relação às capacidades administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De todos os itens que formavam o acervo, apenas pouco mais de mil foram objeto de inventário registrado e de acesso público.

Em relação a essas irregularidades, não parece, do mesmo modo, ter havido uma fiscalização adequada do IPHAN, a quem compete verificar o cuidado do acervo e das construções históricas, além de cobrar o inventário da coleção, que era um bem tombado nacional.

Também observamos uma grande falta de zelo na manutenção de diversos outros edifícios administrados pela UFRJ, inclusive em instalações da própria universidade, como a Escola de Música e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, localizado no Centro do Rio de Janeiro, e cuja construção remonta ao século XVIII (bastante vulnerável, por sua constituição, a incêndios).

A utilização de vastos recursos para a construção de novas instalações – como o mencionado “Campus Cavalariças” – também não nos parece compatível com a urgência no emprego de verbas para a reconstrução e preservação da parte significativa do Patrimônio Histórico e Cultural que se encontra sob a tutela dessa instituição.

Solicitamos, deste modo, informações que possam nos ajudar a pensar estratégias, dentro de nossa competência, para a resolução dos problemas que verificamos na administração do Museu Nacional e outras construções históricas por parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar nosso compromisso com a preservação da memória e identidade nacional por meio de seu Patrimônio Histórico e Cultural.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2020.

Deputada **CHRIS TONETTO**
PSL/RJ

Deputado **CARLOS JORDY**
PSL/RJ

Deputado **PAULO EDUARDO MARTINS**
PSC/PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **ENRICO MISASI**
PV/SP

Deputada **CARLA ZAMBELLI**
PSL/SP

Deputada **CAROLINE DE TONI**
PSL/SC

Deputado **LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA**
PSL/SP

Deputada **BIA KICIS**
PSL/DF

Apresentação: 29/09/2020 18:42 - Mesa

RIC n.1262/2020

Documento eletrônico assinado por Chris Tonietto (PSL/RJ), através do ponto SDR_56289, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





Requerimento de Informação **(Do Sr. Chris Tonietto)**

Solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Educação informações a respeito de possíveis omissões graves por parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na administração de parte do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, em especial no que diz respeito ao Acervo do Museu Nacional.

Assinaram eletronicamente o documento CD209092226700, nesta ordem:

- 1 Dep. Chris Tonietto (PSL/RJ)
- 2 Dep. Carla Zambelli (PSL/SP)
- 3 Dep. Caroline de Toni (PSL/SC)
- 4 Dep. Bia Kicis (PSL/DF)
- 5 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PSL/SP)
- 6 Dep. Paulo Eduardo Martins (PSC/PR)
- 7 Dep. Enrico Misasi (PV/SP)
- 8 Dep. Carlos Jordy (PSL/RJ)